



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

IA e o campo Pag. 3

Siga as redes sociais da FERAESP



Inflação
Mês de referência: dezembro de 2025
Últimos 12 meses

INPC: 3,89%
IPCA: 4,26%



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores

FERAESP participa de encontro nacional sobre acordos coletivos no setor da laranja



O encontro foi realizado pela Tie Global e Rede Suco de Laranja

A FERAESP participou, nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2026, de um encontro nacional realizado em São José do Rio Preto/SP, que reuniu sindicatos de empregados rurais assalariados e sindicatos da indústria.

No evento, foram debatidos temas e cláusulas dos acordos coletivos relacionados à saúde dos trabalhadores, às condições de trabalho e à prevenção de acidentes no setor da laranja.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.

INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP



O encontro fortaleceu o diálogo entre as entidades e a defesa de melhores condições de trabalho e proteção à saúde da categoria.

Durante os debates, as entidades sindicais ressaltaram a importância de fortalecer os instrumentos coletivos como forma de garantir direitos, reduzir riscos à saúde e promover melhores condições no campo e na indústria de processamento da laranja.

A FERAESP destacou que espaços como esse são fundamentais para o diálogo entre trabalhadores e empregadores, contribuindo para a construção de acordos que assegurem dignidade, proteção à saúde e valorização da mão de obra rural no setor citrícola.



O encontro também possibilitou a troca de experiências entre sindicatos de diferentes regiões do país, fortalecendo a articulação nacional em defesa dos direitos dos assalariados e assalariadas rurais do setor da laranja.

MPT-15: atuação contra o trabalho escravo no biênio 2024-2025



Por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado em 28 de janeiro, o Ministério Público do Trabalho (MPT) na 15ª Região divulgou o balanço de sua atuação no combate ao trabalho escravo no interior de São Paulo e litoral norte paulista, englobando os indicadores de 2024 e 2025. Os dados revelam que, apesar dos esforços institucionais, o volume de denúncias registradas mantém-se em patamares elevados.

Em uma análise global dos indicadores da 15ª Região, o MPT registrou 240 denúncias em 2024, patamar que permaneceu praticamente inalterado em 2025, com 238 registros. A resposta administrativa e judicial acompanhou esse fluxo: no campo extrajudicial, foram firmados 63 termos de ajuste de conduta (TACs) em 2024 e 59 em 2025. Já no âmbito judicial, houve um leve crescimento nas ações civis públicas (ACPs) ajuizadas na Justiça do Trabalho, que passaram de 9 para 10 no último ano.

A coordenadora regional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE), Regina Duarte da Silva, afirma que a estabilidade dos números reflete uma presença firme da rede de combate ao trabalho escravo em diversos segmentos econômicos e um sistema de vigilância mais maduro, porém, também mostra a persistência da prática pelos maus empregadores. “A manutenção de indicadores próximos às 240 denúncias anuais demonstra que a exploração em condições análogas às de escravo permanece estrutural em diversos setores. Entretanto, essa estabilidade também é fruto de uma sociedade mais consciente e de canais de denúncia mais acessíveis, o que impede que esses casos fiquem invisibilizados”, explica a coordenadora.

No campo da resolutividade, a atuação do órgão apresentou uma pequena oscilação, mantendo-se no patamar do ano anterior. Para Regina, a proporção entre acordos e ações judiciais manteve-se estável em decorrência da contínua eficácia das forças-tarefas e do trabalho conjunto com outras instituições. “O enfrentamento ao trabalho escravo exige um esforço interinstitucional coordenado. A atuação conjunta do MPT com a Auditoria Fiscal do Trabalho, a Polícia Federal e as forças de segurança pública é o que permite uma resposta rápida e eficaz em campo. Essa rede de enfrentamento fortalece a coleta de provas e garante que o acolhimento ao trabalhador resgatado seja imediato e humanizado”, pontua a procuradora.

Dados regionalizados - A análise regionalizada aprofunda essa percepção ao mostrar dinâmicas distintas entre as unidades. A sede do MPT da 15ª Região, em Campinas, registrou um salto expressivo no volume de denúncias: elas subiram de 68 em 2024 para 83 em 2025, o que foi acompanhado por uma elevação notável na assinatura de TACs, que passou de apenas 2 para 23 termos firmados. Esse cenário sugere uma maior anuência dos empregadores na regularização das frentes de trabalho na região metropolitana. Em paralelo, polos agrícolas e industriais como Ribeirão Preto e Sorocaba consolidaram-se como áreas de alta demanda, registrando 43 denúncias cada em 2025. Bauru também apresentou um crescimento relevante, saltando de 17 para 28 denúncias entre os dois anos.

Quanto à distribuição da força judicial, o balanço mostra que a atuação nos tribunais se tornou mais capilarizada em 2025. Se em 2024 a unidade de Campinas concentrou 8 das 9 ações ajuizadas em toda a 15ª Região, no ano seguinte houve um equilíbrio maior, com 3 ações propostas em Bauru e 3 em Ribeirão Preto, além das 3 em Campinas e uma em Presidente Prudente.

“O Ministério Público do Trabalho e os seus parceiros institucionais continuarão empregando todos os esforços e ferramentas necessárias para erradicar o trabalho escravo no interior paulista, garantindo a defesa da dignidade da pessoa humana, com a finalidade de que o trabalho seja, de fato, um instrumento de emancipação, e não de exploração”, conclui Regina Duarte da Silva.

Sobre a data - O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo homenageia três auditores fiscais do trabalho e um motorista, que foram brutalmente assassinados no dia 28 de janeiro de 2004. O crime, conhecido como “Chacina de Unaí”, aconteceu em uma emboscada na zona rural do município de Unaí, no noroeste de Minas Gerais, enquanto a equipe realizava uma fiscalização de rotina para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região.

As denúncias de trabalho escravo podem ser feitas de forma sigilosa pelo portal prt15.mpt.mp.br, pelo aplicativo MPT Pardal ou pelo Disque 100.

Fonte: MPT-15

IA no campo: FERAESP alerta para riscos ao emprego e aos direitos dos empregados(as) rurais



A expansão da chamada Inteligência Artificial (IA) no setor produtivo tem provocado mudanças profundas no mundo do trabalho. No meio rural, especialmente entre os(as) assalariados(as) do estado de São Paulo, a FERAESP e os sindicatos avaliam que a adoção acelerada dessas tecnologias pode resultar em eliminação de postos de trabalho, aumento da precarização e fortalecimento do controle por algoritmos.

Apresentada pelo agronegócio como sinônimo de modernização e eficiência, a IA tem sido incorporada a máquinas, sistemas de monitoramento, drones e softwares de gestão da produção. Para o movimento sindical, no entanto, essa transformação não pode ser analisada apenas do ponto de vista da produtividade, mas principalmente de seus impactos sociais.

Automação e desemprego

A substituição do trabalho humano por sistemas automatizados já atinge diversas atividades no campo, como colheita, triagem, transporte interno e fiscalização das lavouras. Essas funções, antes exercidas por empregados(as) rurais, passam a ser realizadas por equipamentos controlados por algoritmos.

Em São Paulo, onde a agricultura é altamente mecanizada, as entidades sindicais observam que o avanço tecnológico aprofunda um processo já conhecido: menos empregos formais, mais terceirização e maior instabilidade nos vínculos de trabalho. Trabalhadores com menor escolaridade e poucas oportunidades de qualificação são os mais atingidos. Segundo a FERAESP, esse cenário tende a gerar um desemprego estrutural, pois os postos eliminados não são compensados pela criação de novas funções em número suficiente.



A crítica de Miguel Nicolelis

O neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, referência internacional na área de pesquisa do cérebro, tem feito duras críticas ao entusiasmo em torno da chamada Inteligência Artificial. Para ele, o termo é enganoso, pois esses sistemas não pensam nem compreendem o mundo: apenas processam grandes volumes de dados e reproduzem padrões.

Nicolelis afirma que a ideia de uma “inteligência” capaz de substituir o ser humano serve para legitimar decisões econômicas que priorizam a redução de custos e o aumento do lucro, em detrimento do emprego e da dignidade no trabalho. Na visão do cientista, a tecnologia não é neutra: ela reflete escolhas políticas e interesses econômicos.

Essa crítica reforça a posição dos sindicatos, que defendem que o uso da tecnologia deve estar subordinado à proteção social e aos direitos trabalhistas.

Controle por algoritmos

Outro ponto de preocupação é o chamado controle algorítmico. Sistemas digitais passam a definir metas de produção, ritmo de trabalho, escalas e até decisões sobre permanência ou demissão de trabalhadores.

Na prática, decisões antes tomadas por pessoas passam a ser feitas por programas de computador, sem transparência e sem possibilidade de negociação coletiva. Para a FERAESP, isso enfraquece direitos históricos e amplia a pressão sobre os trabalhadores, que passam a ser avaliados exclusivamente por números e desempenho.

No campo, essa lógica se traduz em maior vigilância, cobrança por produtividade e dificuldade para contestar punições ou demissões injustas.

Impactos no campo paulista

No estado de São Paulo, a combinação entre agricultura empresarial, mecanização e novas tecnologias digitais cria um cenário preocupante para os assalariados e assalariadas rurais. A promessa de “agricultura inteligente” convive com:

redução contínua dos empregos no campo;

aumento da terceirização;

crescimento da informalidade;

ausência de políticas públicas de requalificação profissional.

Os sindicatos denunciam que não existem programas suficientes para preparar os trabalhadores dispensados pela automação para novas atividades. Também faltam políticas de proteção de renda para quem perde o emprego em razão da modernização tecnológica.

Um debate nacional

Embora os efeitos sejam visíveis no campo paulista, o problema atinge todo o país. Estudos sobre automação mostram que ocupações baseadas em tarefas repetitivas, tanto físicas quanto cognitivas, estão entre as mais vulneráveis à substituição por sistemas automatizados.

Por isso, o movimento sindical defende que a adoção da IA seja acompanhada de regras claras e negociação coletiva. Entre as principais

reivindicações estão:

transparência nos sistemas que influenciam decisões sobre emprego;

participação dos sindicatos nos processos de modernização tecnológica;

programas de qualificação financiados pelas empresas;

garantia dos direitos trabalhistas frente às novas formas de organização do trabalho.

Tecnologia a serviço do trabalhador

Para a FERAESP, o problema não é a tecnologia em si, mas o modo como ela vem sendo utilizada. A IA pode contribuir para reduzir esforço físico, melhorar a segurança no trabalho e aumentar a produtividade sem eliminar empregos. Porém, sem controle social, tende a ser usada para substituir pessoas por máquinas.

Como alerta Miguel Nicolelis, transformar sistemas computacionais em supostas “mentes artificiais” ajuda a naturalizar escolhas que colocam o lucro acima da vida e do trabalho humano. Diante disso, a FERAESP reafirma que o futuro do campo deve ser construído com tecnologia, mas também com direitos, emprego e dignidade.

Fontes

NICOLELIS, Miguel. Entrevistas e artigos sobre Inteligência Artificial e neurociência.

NICOLELIS, Miguel. O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como o conhecemos. Editora Planeta.

UOL Tilt – “Nem inteligente, nem artificial: IA é jogada de marketing, diz Nicolelis”.

CartaCapital – Entrevistas de Miguel Nicolelis sobre IA e automação.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Relatórios sobre automação e futuro do trabalho.

DIEESE – Estudos sobre emprego e mecanização no meio rural.